

Decisão reforça compromisso do Governo com a população afetada e preserva o princípio de democratização do acesso ao serviço público



A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, anunciou na sexta-feira (3/5) o adiamento da aplicação das provas do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), originalmente prevista para o próximo domingo (5/5), em todo o país. O adiamento foi decidido diante da situação de desastre verificada no Rio Grande do Sul, com fortes chuvas que atingiram e continuam atingindo todo o estado e, também, áreas do estado vizinho de Santa Catarina. A nova data será anunciada em breve.

“Esse adiamento reforça o compromisso do presidente Lula e do Governo com a construção de um país melhor, mais inclusivo, com respeito ao próximo, além da construção de uma burocracia com a cara do Brasil”, destacou a ministra. Ela reforçou que o adiamento busca garantir a integridade dos participantes, inclusive física. Além disso, reforçou que o adiamento da aplicação das provas do CPNU preserva um princípio básico desde o início da estruturação do concurso, que é de democratização do acesso ao serviço público e inclusão de maior parte dos brasileiros nesse processo.

A ministra citou o crescimento constante do número de cidades afetadas, de bloqueios nas estradas e de vítimas, não apenas no Rio Grande do Sul, mas, também, em áreas de Santa Catarina, o que levou o Governo a decidir pelo adiamento. Segundo apontou Esther Dweck, nas atuais condições, “é impossível realizar as provas no estado”. A ministra esclareceu que já havia previsão no edital sobre desastres naturais, mas não contemplava esse ineditismo, tamanho o grau de desastre que afligiu o Rio Grande do Sul. No Sul do país, o concurso previa a aplicação das provas em 27 municípios: dez no Rio Grande do Sul, nove no Paraná e oito em Santa Catarina.

Dweck disse que a decisão foi tomada no momento certo, no limite do possível. A postergação da aplicação das provas garante condições equânimes para a participação de brasileiros de todas as regiões nesse processo seletivo. Em todo o Brasil, são mais de 2 milhões de candidatos, sendo cerca de 80 mil no Rio Grande do Sul. “Essa decisão é a mais segura para todos os candidatos. Com o adiamento, vamos garantir a todos os 2 milhões de candidatos, que tenham as mesmas condições”, ressaltou.

A ministra afirmou que não é possível, ainda, anunciar a nova data da prova. “Não há nova data definida para a aplicação das provas. “Neste momento, toda a questão logística envolvida com a prova, não nos permite hoje dar uma nova data com segurança”.

O anúncio do adiamento foi realizado em cerimônia em Brasília, no Palácio do Planalto. Ao lado da ministra da Gestão estava o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta, representantes da Advocacia-Geral da União, Defensoria Pública da União e da Cesgranrio (empresa aplicadora do concurso).

Fonte: [Previc](#), em 03.05.2024.